

POLÍTICA

CRISE NO CONGRESSO

ACM torce para que Arruda renuncie logo

Pefelista avalia ter mais chances de preservar mandato se ex-líder do governo sair de cena

GERSON CAMAROTTI
e RENATA GIRALDI

BRASÍLIA – Para tentar escapar da cassação, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) vai jogar todas as fichas na acareação que o Conselho de Ética fará na quinta-feira entre ele, o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges. A principal esperança de ACM é que Arruda renuncie ao mandato o mais breve possível. De preferência, antes da acareação.

Segundo um político próximo de ACM, a renúncia de Arruda descartaria a necessidade de uma pena igual para ele e o ex-líder do governo. Os dois senadores são acusados de violar o painel eletrônico de votação. ACM tem dito a interlocutores que está pagando por um erro cometido por Arruda. A renúncia do ex-tucano, na sua opinião, deixaria o caminho sem obstáculos para ele reverter o difícil quadro.

A avaliação de políticos carlistas é de que a ausência de Arruda na acareação facilitaria bastante a situação de ACM. Afinal, o pefelista ficaria livre para apresentar sua versão dos fatos sem contestação. Por outro lado, existe a pressão de parlamentares tucanos para que Arruda segure um pouco sua decisão de renunciar ao mandato, exatamente para dificultar a situação de ACM.

Para um cardeal do PSDB, quanto mais tempo Arruda permanecer no cargo, mais complicado será para ACM preparar sua defesa – e isso o forçaria a abrir mão do mandato. Mas, dentro do Senado, a avaliação majoritária é de que, mesmo com a renúncia de Arruda, será muito difícil ACM escapar da cassação. “Nessa altura do campeonato não tem mais volta”, afirmou o líder do PPS no Senado, Paulo Hartung (ES). “Não tem como parar esse processo.”

No momento, o desafio de ACM é de tentar ampliar ao máximo os apoios fora do PFL. O próprio partido tentará insistir num acordo com o PMDB, o que não será fácil. Até agora, o senador só tem os cinco votos do PFL no Conselho de Ética. Seu esforço é para conseguir pelo menos mais três votos e, com isso, assegurar a maioria dos 16 votos do Conselho, já que o se-

nador Ramez Tebet (PMDB-MS), na condição de presidente, só vota em caso de empate.

Contra ACM estão os três senadores tucanos e os três da oposição, além dos peemedebistas. O PFL tentará desvincular a punição de ACM daquela que será dada a Arruda. A idéia será tentar dar uma suspensão em vez de cassação. “Por que aplicar a maior pena para um delito menor?”, perguntou o vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-BA). Ele lembrou que, antes da cassação do mandato, existem a advertência verbal e escrita, a censura e a suspensão temporária.

Dominó – A principal justificativa dos pefelistas para conseguir um acordo com o PMDB é que a cassação de ACM acabaria provocando um “efeito dominó”, atingindo em cheio o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). Mas no próprio PMDB que existe reação ao “acordão” ou “pacto”. A maior restrição ao acordo é do líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA), um dos principais adversários de ACM na Bahia. “As resistências são enormes”, revela um peemedebista.

De qualquer forma, o movimento para evitar a cassação de ACM e a investigação de Jader é rechaçado por vários parlamentares. Muitos acham que o “acordão” poderá causar danos incalculáveis ao Senado porque a opinião pública não perdoará o corporativismo. Eles também acreditam que a hipótese de renúncia será deixada para o último momento tanto por ACM como por Arruda.

“É uma decisão muito pessoal, mas acho que vão tentar até o fim, na esperança de que se saiam bem e convençam”, comentou o senador Jefferson Péres (PDT-AM). “Se o ACM renunciar, ainda terá chances de concorrer a um cargo na Bahia; já para o Arruda a situação é mais grave porque ele é cristão-novo e suas possibilidades são bem menores”, acrescentou o líder da oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE).

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) acredita na “pressão popular aliada às urnas”. Motivo: dois terços dos senadores vão disputar a reeleição em 2002 e, por isso, não impedirão uma iniciativa contrária à opinião pública. “Os interesses escusos que possam surgir serão inferiores ao que se chama de vontade de sobrevivência de cada político”, concluiu.

PARA LÍDER
DO PPS, NÃO
HÁ MAIS
SALVAÇÃO